



SARDÃO
MUNICÍPIO

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A
REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO
MUSICAL COM “A GAROTA NÃO”**

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação dos serviços para a realização do espetáculo musical com “A Garota Não”, a realizar no dia 15 de novembro de 2025, pelas 21h30m, no Centro Cultural Gil Vicente, no âmbito da Programação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respectivos termos e condições do presente caderno de encargos e pelo disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação da realização do espetáculo musical em conformidade com o estabelecido na cláusula 1.ª;
- b) Executar todo o trabalho preparatório e ensaios para a concretização do referido espetáculo;
- c) A ausência do prestador de serviços e comitiva por motivo de doença ou por qualquer outro motivo de força maior que não seja da sua responsabilidade, impõe a este o dever de, em conjunto com o Município de Sardoal, encontrar nova data para apresentação pública do grupo, acautelando-se, dentro do possível, os interesses de ambas as partes.
- d) O prestador de serviços poderá atuar com patrocínio e apoio publicitário próprio, sem quaisquer direitos ou encargos adicionais para o Município de Sardoal.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Secção II - Obrigações do Município de Sardoal

Cláusula 5.^a

Obrigações do Município de Sardoal

1 – Da celebração do contrato decorrem para o Município de Sardoal as seguintes obrigações principais:

- a) Cedência do espaço de apresentação/sala auditório do Centro Cultural Gil Vicente, bem como todas as áreas necessárias ao bom desenvolvimento do espetáculo, nomeadamente camarins, régie e backstage;
- b) Garantir a contratação de serviços de produção dos espetáculos de acordo com o Rider Técnico a fornecer pelo prestador do serviço;
- c) Promoção do espetáculo objeto do contrato respeitando o espírito geral do material fornecido pelo prestador de serviços;
- d) Garantir a não utilização da imagem dos representados do prestador de serviços em qualquer forma de publicidade, exceto as previstas no âmbito da promoção dos espetáculos, sem autorização do prestador de serviços;
- e) Não associar o nome e/ou imagem do Artista a qualquer marca, bem ou serviço, para fins publicitários. Excetua-se a utilização de apoios locais aprovados pelo prestador de serviços e/ou patrocínios do próprio Artista;
- f) Assegurar a não inclusão de qualquer tipo de publicidade a marcas, instituições, bens ou serviços na área do palco e régie;
- g) Pagamento dos direitos autorais e licenças indispensáveis à legalização do espetáculo, sendo apresentado o comprovativo da regularização dos direitos de autor no dia do espetáculo.

Cláusula 6.^a

Preço base

O preço base do presente procedimento, para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47.º do CCP, é de € 10.285,00 acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sardoal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, catering, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª

Faturação e condições de pagamento

1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas até 5 dias úteis seguintes à realização do espetáculo musical, após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do espetáculo musical objeto do contrato.

3 — Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitida(s) e observado o disposto no n.º 1, a(s) fatura(s) é(são) paga(s) através de transferência bancária.

5 - As faturas deverão ser emitidas de acordo com o previsto no art.º 299.º-B do CCP, sem prejuízo dos requisitos constantes no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28/12, e deve especificar o número de contrato e o número de compromisso.

Capítulo III - Sanções contratuais e resolução

Cláusula 9.ª

Sanções contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sardoal pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:

- a) Atraso no início dos espetáculos musicais até 2% do valor do contratual, por cada hora de atraso;
- b) Falha na realização de um espetáculo, para além do não pagamento do espetáculo em causa, será aplicada uma penalidade correspondente até 15% do valor desse espetáculo em falta.

2 – Quando as sanções revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Sardoal decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Sardoal terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstem a que o Município de Sardoal exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Pode também constituir força maior, se até às 12:00h do dia dos espetáculos as condições climatéricas não permitirem a montagem e/ou realização do mesmo no espaço previsto, sendo que o Município de Sardoal poderá ter reservado um recinto fechado para onde este possa ser transferido, com as condições técnicas e logísticas necessárias à sua realização;

4 – Pode ainda constituir força maior, se durante as montagens, ensaios ou espetáculo houver uma alteração repentina das condições climatéricas que impeçam a realização dos mesmos, podendo o prestador de serviços proceder à interrupção e cancelamento do espetáculo.

5 – Caso não seja possível a realização do espetáculo pelos motivos enunciados nos pontos 3) e 4) da presente cláusula, deverá ser o *cachet* pago na totalidade, devendo ser acordada uma data posterior, decidida de comum acordo, sendo as condições acordadas à posteriori;

6 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços

não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

7 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

8 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Sardoal poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se não forem cumpridas as cláusulas deste Caderno de Encargos;
- b) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Sardoal.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Sardoal com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no art.º 332.º do CCP.

Capítulo IV – Seguros

Cláusula 13.^a

Seguros

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos que lhe sejam legalmente obrigados.

2 — O Município de Sardoal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo que lhe for fixado.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 14.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 16.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.